

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Desafios e possibilidades da escola em promover uma educação inclusiva para todos.

Amélia de Menezes Moraes Barbosa¹

Ângelo Gustavo Mendes Costa²

RESUMO

A escola se constitui como uma das principais instituições responsáveis por garantir o acesso ao conhecimento existente, sendo assim, o espaço de apropriação dos saberes, capaz de instituir um pensamento crítico e reflexivo em seus educandos. Sendo a educação inclusiva uma das principais pautas de grande relevância da atualidade, se faz necessário refletirmos sua importância no processo inclusivo que acontece na esfera escolar. Partindo dessas indagações, o referido artigo tem por finalidade buscar reflexões à cerca da temática inclusiva, analisando os processos históricos que permeiam a sociedade referentes às pessoas com necessidades educacionais especiais. Será feita uma análise teórica do papel da escola e suas atribuições na construção e formação inclusiva de seus educandos, bem como se referenciará da legislação brasileira como forma de contribuição para a construção de uma sociedade para todos. Foi realizada uma pesquisa de campo, que procurou refletir à cerca dos anseios e dificuldades da instituição escolar e dos anseios e dificuldades enfrentadas por professores frente ao trabalho inclusivo.

Palavras chaves: Escola. Professor. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

Abstract The school is one of the main institutions responsible for guaranteeing access to existing knowledge, thus being the space for the appropriation of knowledge, capable of instituting critical and reflective thinking in its students. As inclusive education is one of the main topics of great relevance today, it is necessary to reflect its importance in the inclusive process that takes place in the school sphere. Based on these questions, the purpose of this article is to seek reflections on the topic of inclusion, analyzing the historical processes that permeate society regarding people with special educational needs. A theoretical analysis will be made of the role of the school and its responsibilities in the construction and inclusive training of its students, as well as reference to Brazilian legislation as a way of contributing to the construction of a society for all. Field research was carried out, which sought to reflect on the concerns and difficulties of the school institution and the difficulties faced by teachers in the face of inclusive work.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Pós graduada em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN. Graduada do curso de Atendimento educacional Especializado pela UFERSA. E mail: menezesamelia07@gmail.com

² Graduado em Matemática pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professor orientador do curso de Atendimento Educacional Especializado e Professor formador do IFESP/SEEC e Técnico em Assuntos Educacionais pela UFERSA.

Key words: School. Inclusive education. Specialized Educational Service.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva está cada vez mais presente nos assuntos que se referem às práticas educacionais da atualidade. A escolarização das pessoas com necessidades educacionais especiais, assegurada e garantida pela Constituição Brasileira de 1988, vem despertar reflexões à cerca de como a escola, compreendida como um espaço de apropriação do saber, desenvolve um trabalho pautado na inclusão.

Mediante o cenário social atual, onde as questões relacionadas a inclusão vêm ao longo das últimas décadas se destacando com diferentes movimentos contra a discriminação das pessoas com deficiência e sua inserção social.

Nesse cenário, é preciso instituímos um olhar reflexivo frente a prática docente e o papel da escola, sendo que está se configura como espaço de aquisição de saberes, que pode formar cidadãos para seu pleno desenvolvimento social.

Assim, é preciso olharmos com bastante atenção quando falamos no papel que a mesma deve ocupar referente a tal temática. Pois, é preciso instituir reflexões, modificar e transformar a metodologia educativa, para que de fato a educação inclusiva aconteça.

Permitir o acesso à escola regular, não significa criar possibilidades de inclusão e transformação social para as pessoas com necessidades educacionais especiais, as questões são bem mais complexas do que se apresentam.

Possibilitar e assegurar políticas públicas capazes de promover a inclusão se faz de extrema urgência. Pois, ao incluir é importante ressignificar social e culturalmente toda a sociedade. A escola desta forma não deve ser um espaço de “acúmulo” de mais ou novas responsabilidades. Nesse contexto é preciso um olhar minucioso frente ao papel da escola assegurando àquele público uma formação autônoma capaz de transformar a realidade da pessoa com deficiência.

As questões são bastantes plausíveis e se fazem necessárias, pois, não podemos pensar em incluir se não somos capazes direcionar novos olhares e concepções frente aos novos desafios que nos cercam.

A escola para todos é aquela em que conseguimos instituir um olhar voltado à atender as especificidades de seus sujeitos, suas particularidades, sua cultura, seu modo de ser, pois a educação já não pode ser compreendida como uma única forma de ensinar e aprender, mas o conhecimento deve ser moldado de acordo com a realidade de cada sujeito.

É preciso refletirmos sobre as políticas sociais e educacionais, o papel da escola frente aos novos desafios, ressignificando os conceitos que permeiam a educação no Brasil, para assim instituímos um aprendizado que de fato contribua para o desenvolvimento dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, respeitando suas particularidades.

Muitas vezes ao falarmos em inclusão, somos tendenciosos a reproduzir as mesmas práticas educativas arraigadas em concepções que não condizem com o cenário atual. Ficando o questionamento, se de fato a inclusão está de encontro aos anseios de seus educandos e Bedaque (2015 p. 12), argumenta que o nosso sistema educacional de ensino apresenta dificuldades na acessibilidade, formação docente, recursos didáticos e materiais entre outros, apontando ainda concepções homogeneizadora do conhecimento dificultando que o ato inclusivo de fato aconteça.

Nesta interface de reflexões, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, se configura como um recurso facilitador da prática educacional, com o objetivo de contribuir para uma aprendizagem mais inclusiva. Deve ser portanto um recurso que permeie o contexto escolar das instituições, permitindo e assegurando uma educação para todos.

É importante ressaltar que o atendimento educacional especializado ao ser inserido no espaço escolar, deve estar em consonância entre professor da sala de aula regular e de toda comunidade escolar, bem como a família, para assim através de um olhar mais inclusivo, possa ir de encontro aos anseios do público ao qual se destina.

Nesse cenário se faz importante compreender o trabalho do AEE frente a sala de aula regular uma vez que partindo desse pressuposto, refletiremos à respeito do AEE e sua singularidade junto ao trabalho da sala de aula regular em uma educação que realmente seja mais inclusiva.

Partindo dessas reflexões, o referente artigo buscará referencial teórico para subsidiar as discursões frente ao trabalho inclusivo da instituição escolar e comunidade.

Bem como refletirá à respeito do AEE como uma ferramenta relevante junto à uma prática mais inclusiva.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSO HISTÓRICO

Ao refletirmos sobre o processo histórico que permeia a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, iremos nos deparar com diferentes concepções históricas de como a sociedade percebia e percebe as pessoas que estavam fora dos padrões sociais pré estabelecidos, os ditos “normais”.

O retrato social aponta para um cenário de exclusão e abandono, onde esses indivíduos acabavam por ficarem à margem da sociedade. Bedaque (2015) aponta para a necessidade de firmarmos mudanças significativas para que os princípios inclusivos sejam a base para se firmar dentro dos debates e práticas a serem desenvolvidas no cotidiano do espaço escolar. Esse cenário que tanto perpetuou durante toda a história, ganha novos debates séculos depois, onde questões que envolvem discriminação social e práticas de cidadania começam a se voltarem para aquele público específico.

Com o passar dos tempos, em um momento não tão distante, mais precisamente no século XX é que passamos a refletir à cerca dos direitos de “igualdade” para todos, e a pessoa com deficiência passa a ser percebida como sujeito social, onde a partir de então, as concepções, políticas públicas e educacionais começam a direcionar estudos voltados à temática inclusiva.

Nesse cenário Farias, Santos e Silva (2009, p. 40) apontam que:

Nesse período houve algumas mudanças no que se refere aos movimentos sociais. Um dos principais acontecimentos, em 1948, a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas 2, na qual, em seu artigo 1º, se reconheceu que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos.” De um modo geral, essa declaração assegurou às pessoas, pelo menos no papel, os direitos à liberdade, à educação e ao convívio social. (Farias, Santos e Silva 2009, p 40).

A partir desse momento, as discursos sobre os direitos humanos irá desencadear posteriormente novos debates e surgirá os primeiros movimentos que visam instituir práticas de educação para todos. Mais precisamente em 1990 no Congresso de Educação em Jomtien, tornando-se o pilar para discursões sobre a educação inclusiva marcando o início dos debates e movimentos necessários à prática educacional que permeia nos dias de hoje.

Hoje estudos e debates são cada vez mais frequentes em relação a uma educação mais inclusiva. E não podemos pensar em educação sem compreender que cada indivíduo é um ser regido por suas particularidades, e que formar para a cidadania é respeitar e inserir todo e qualquer indivíduo independente de suas condições financeiras, físicas ou intelectuais.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, referente a modalidade de educação especial aponta o seguinte:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (Brasil 1996, Art. 58).

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15), assegura os direitos de igualdade e liberdade para as pessoas com deficiência, assegurando seu pleno desenvolvimento e inserção social.

Referente aos direitos à educação, a lei mencionada anteriormente aponta o seguinte:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Tomando como base a Constituição Brasileira de 1988, que assegura o direito de igualdade para todos, assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação e a Lei que rege a inclusão no Brasil, não podemos pensar em um escola que não esteja apta a assegurar que a educação aconteça em todas as camadas sociais e para todos sem nenhuma distinção.

Partindo dessa perspectiva, a escola como espaço de apropriação dos saberes, capaz de transformar seus sujeitos, deve assegurar que a educação aconteça em todas as esferas sociais, sem excluir qualquer indivíduo desse processo.

Desta forma, a escola deve ser preparada pensando que,

Uma sociedade é formada por indivíduos, seres humanos concretos, com suas especificidades, suas diferenças, seus sonhos, suas necessidades materiais ou não, seus projetos de vida. E a escola deve, em certa medida, atender a essas demandas individuais, como deve também criar outras. Noutros termos, a escola deve ser o ponto de encontro, o ponto de equilíbrio, entre diversos projetos, tanto coletivos, quanto individuais. (Farias, Santos e Silva, 2009, p.46).

É urgente que se institua em uma sociedade que pouco firmou sua cultura à atender as especificidades de cada indivíduo, que se conceda uma nova roupagem social frente a diversidade que somos. É preciso que esses debates, documentos não sejam apenas mais um “papel”, mas que de fato, possam contribuir para firmarmos uma sociedade mais autônoma frente ao que nos é determinado.

Nesse sentido, devemos centrar novos olhares, reflexões, métodos e acessibilidade numa escola e em uma sociedade mais inclusivas. Só assim iremos garantir que todos os sujeitos possam dispor e ocupar todo e qualquer cenário da esfera social, caso assim o queira.

3 O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É na escola, que o conhecimento é difundido, é nela que desenvolvemos um senso crítico e reflexivo frente à sociedade, e onde se constrói sujeitos autônomos capazes de promoverem mudanças e transformações sociais.

Partindo dessa reflexão à cerca do papel da escola, compreende-se que a educação inclusiva deve permear as práticas de ensino e aprendizado de todos os sujeitos, uma vez o acesso à educação e o aprendizado é um direito de todos, sendo assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, segundo consta na Lei de Diretrizes e Base da Educação.

A educação portanto, deve considerar as singularidades de seus sujeitos, uma vez que, o ato de educar não se restringe a mera reprodução do conhecimento, mas sim dotar os sujeitos de pensamento crítico e reflexivo. Deve ser o espaço que valorize e respeite as diferenças, pois segundo Bedaque (2015, p.13) “Promover uma escola para todos, requer a compreensão de uma escola que atenda, reconheça e valorize as diferenças em todos os momentos de interação e práticas educativas”. Pensar em inclusão, é respeitar e valorizar o outro e suas particularidades, é abrir um leque de possibilidades, é formar cidadãos autônomos frente ao conhecimento existente.

Nesse cenário concordamos com Bedaque (2015) quando afirma que, é preciso ressignificar a escola, percebendo as diferenças de seus educandos, possibilitando o aprendizado para todos, onde os alunos devem ser ouvidos, suas singularidades devem ser levadas em conta para que de fato a aprendizagem aconteça, onde a escola possa ser um espaço mais dinâmico e aberto às diferenças.

Seguindo esse pressuposto, enquanto escola, não podemos subsidiar uma educação pautada nos princípios da inclusão, quando ainda não conseguimos compreender e transformar às práticas pedagógicas, compreendendo que cada indivíduo aprende de diferentes perspectivas, onde o aluno deve ser compreendido como parte integrante do processo educativo.

Desta forma, Compreendemos que não existe uma única forma de aprender e nem um único jeito de ensinar, mas que precisamos reestruturar a forma como a escola direciona suas práticas, na construção de uma formação mais inclusiva para todos. Assim, temo que,

[...]é preciso mudanças nas concepções e práticas sobre o que é ensinar e aprender, o papel da escola, do professor, do gestor, do estudante, da família e dos envolvidos no processo educativo e, evidentemente, políticas públicas que fortaleçam essas mudanças, sempre em benefício dos estudantes. (Bedaque 2015, p.13).

Repensar a prática docente se faz bastante necessário, pois não podemos pensar em educação que abrange toda uma diversidade, se ainda pensamos em uma educação unilateral para todos.

O ato de educar perpassa todo e qualquer sistema pré-determinado de regras e métodos existentes. Ela é um espaço que deve dialogar com seus educandos, percebendo suas singularidades, para assim determinar quais estratégias se valer para educar. É preciso direcionar um olhar crítico frente ao trabalho docente e em especial com a inclusão, onde a escola possa ser um espaço transformador na vida do educando.

Nesse sentido concordamos com Freire quando ele afirma que,

[...] ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro [...]. (Freire 1996, p. 23).

De acordo com Bedaque (2015), houve diversos conflitos nas instituições de ensino regular frente a inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais

especiais, pois vale ressaltar, que mesmo diante de um cenário universal que vem discutindo os processos de igualdade e inserção social para todos, nossa sociedade e suas instituições encontram significativas dificuldades. Tais como, recursos didáticos pedagógicos, políticas públicas, acessibilidade, formação de professores, cultura social entre outros fatores.

Nessa lógica vale salientar que se faz necessário uma mudança, não apenas nas instituições ou políticas públicas, mas uma nova mentalidade social à cerca da inclusão, e compreender que ela perpassa a mera responsabilidade da escola e mais exclusivamente do professor. Mais envolve toda a comunidade escolar, e todas as esferas sociais, para assim garantirmos que a inclusão aconteça de direito e de fato.

Na tentativa de consolidar uma escola mais inclusiva, a formação continuada e a busca constante por conhecimento se configura como a chave para promover uma educação mais inclusiva.

Libânio (2006) evidencia a formação continuada, não apenas como forma de potencializar e enriquecer o currículo, mas como forma de refletir a prática docente, onde o professor possa ser capaz de refletir à cerca de seu trabalho, sua metodologia, resignificando suas estratégias. Assim, se faz necessário pensar uma formação continuada que perpassa a mera oferta de cursos que se distanciam da realidade vivida em sala de aula. Mas é determinar um saber crítico-reflexivo de sua prática, para assim promover no âmbito das suas atribuições, situações onde o aluno possa ser sujeito autônomo do seu aprendizado.

O professor como um mediador entre aluno e conhecimento, deve estar sempre refletindo sua prática e buscando adquirir novos saberes, pois, o conhecimento e a sociedade passam por constantes transformações, e para acompanhar o ritmos de tais mudanças, o professor deve ser um apreciador por novos conhecimentos.

Nesse contexto concordamos com Freire (1996) quando ele referênciava a importância da busca por novos saberes como forma de conhecer, refletir, questionar e reestruturar a própria prática docente.

É importante, analisarmos como a escola percebe e busca subsidiar seu trabalho frente a educação inclusiva. É preciso entendermos quais seus anseios e dificuldades, visto que essa realidade até pouco tempo, não permeava as práticas pedagógicas das instituições de ensino.

É comum encontrar questionamentos como: na minha formação não aprendi nada sobre educação especial, hoje existe muitos alunos “especiais” e antes não era assim, a escola não tem recursos, não me sinto preparado(a), entre tantas outras indagações percebidas nas diversas falas dos nossos educadores.

Nesse sentido não podemos deixar de direcionar nossos olhares, pois é na sala de aula, e na figura do professor que a educação inclusiva terá ou não alcançado seu real objetivo. Lembrando também que o ato de incluir não é papel exclusivo do professor, deve ser compreendido por todos que compõe a escola, mas como o mesmo acaba por desenvolver e difundir os saberes aos seus educandos, acabamos por citá-lo como parte relevante para que a inclusão escolar aconteça.

Nesse contexto de descoberta de novos saberes, novas formas de ensinar, de um público mais amplo e diversificado, onde aprender e ensinar não se configura mais como mera reprodução do conhecimento e todo e qualquer indivíduo deve ser incluído segundo suas particularidades, é que a formação continuada se insere como forma de subsidiar as práticas pedagógicas, tentando contribuir para que o ato de educar aconteça para todos.

É fundamental buscar novos saberes, trocas de conhecimentos e formações que abordem a temática, é preciso que a escola e a gestão esteja atenta para essas indagações, que converse com seus educadores, que desenvolva projetos, que mobilize toda a comunidade, famílias, alunos, funcionários, enfim, é preciso muito diálogo e conhecimento para instituir um ambiente escolar de inclusão.

O professor nessa ótica, acaba sendo o sujeito central desse processo, pois muitas vezes é percebido como o sujeito detentor dos saberes, onde irá perpetuar o conhecimento para os alunos. De fato, o professor é um mediador entre o aluno e os saberes, deve, portanto, se valer de conhecimentos, formações e novas estratégias para buscar subsidiar um trabalho inclusivo para seus alunos.

Entretanto, esse papel não é papel exclusivo dos educadores, o professor, na esfera escolar, não conseguirá por si só promover uma educação inclusiva para seus educandos. A inclusão perpassa as paredes da sala de aula, é preciso que todos façam parte desse movimento.

Nessa ótica, a família detém papel relevante como parte do processo inclusivo. Pois, é nela que a criança vivenciar e experimenta os primeiros ensinamentos

e aprendizados, aprende seus costumes, crenças, a linguagem, enfim, já traz consigo todo um aparato de conhecimentos que serão moldados e transformados pela instituição escolar.

Desta forma, a família será a base, e a parceria na garantia da busca de melhores condições, bem como assegurará que as políticas públicas aconteçam na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Sem o apoio e parceria da família, dificilmente, o ato de educar para a inclusão acontecerá em sua plenitude.

Falamos da importância da família como pilar para a inclusão do aluno, não podemos deixar de mencionar o papel da gestão escolar, alunos e todos que compõem a escola como parte integradora desse processo.

Pensar em incluir, não é tarefa apenas do professor, suas práticas e estratégias, nem tão pouco função exclusiva da família. Somos uma sociedade e portanto, todos nós somos responsáveis por desenvolver atos que incluam e respeite as diferenças. Desta forma, compreende-se que incluir é um ato social.

Não se pode anular as políticas públicas, recursos pedagógicos, estruturas escolares adequadas, capacitação de profissionais entre outros, como mecanismos que facilitem e auxiliem a prática da inclusão. Uma sociedade que até pouco tempo não se estruturou para atender a tal demanda, deve se valer de reestruturar seus espaços e sua cultura.

Compreendemos então, que o ato de incluir deve acontecer por toda a sociedade, desde a implantação de leis e políticas públicas que garantam e ofereçam recursos para a pessoa portadora de necessidades educacionais especiais, como é importante que os cidadãos compreendam e respeite as particularidades de cada sujeito.

4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

E quando falamos em práticas inclusivas, dentro da esfera escolar, não podemos deixar de lado o atendimento educacional especializado, dentro da modalidade de educação inclusa, que se configura como um recurso onde irá contribuir para o aprendizado dos alunos com deficiências e suas necessidades educacionais.

O AEE é assegurado pela LDB (1996, art. 58) referente a educação especial, nos diz em seu inciso III que “professores com especialização adequada em nível médio

ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. A referida lei, garante o atendimento especializado para os alunos da modalidade de educação especial.

É importante ressaltar que, segundo Bedaque (2015) o professor de AEE não pode substituir o processo de escolarização da sala de aula regular, mas sim, deve atuar como uma espécie de apoio escolar. Estando em constante interação com o professor titular da turma, para assim, garantir uma aprendizagem mais significativa e inclusiva que atenda aos anseios e as reais necessidades de cada educando. Para isso, o profissional de AEE irá buscar as estratégias e metodologias a serem desenvolvida por meio de um olhar sensível às especificidades de cada educando.

Para isso, o professor de AEE irá realizar o plano de atendimento educacional especializado, onde a partir das informações coletadas, buscará as estratégias pedagógicas para traçar a metodologia a ser desenvolvida para cada aluno que compõe a modalidade de educação especial.

Nesse sentido concordamos com Bedaque (2015) quando ele afirma que,

Dentre as ações do professor do atendimento educacional especializado, que deve ser articulada com os demais profissionais e até mesmo com familiares, deve ser desenvolvido um estudo de caso dos estudantes atendidos para melhor identificar suas necessidades e assim elaborar um Plano de Atendimento Educacional Especializado para realização de ações que possibilitem o avanço na aprendizagem dos estudantes. (Bedaque 2015, p.45).

É importante que o professor de AEE dialogue com a família e com os demais profissionais (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas e etc.) caso estes façam parte do acompanhamento desse educando, permitindo assim, maiores informações sobre as necessidades desse aluno.

O trabalho do professor de AEE se desenvolverá na sala de recursos multifuncionais, no espaço da própria instituição ou em outro espaço caso a escola não disponha de um profissional da área.

O atendimento educacional especializado, nessa perspectiva, deve ser uma prática complexa, que deve ser elaborada, pensada e desenvolvida de forma coletiva e individual. Será um trabalho de extrema importância para traçar o perfil do estudante com necessidades educacionais especiais, e, assim, buscar os meios necessários para seu desenvolvimento.

Como vemos, esse trabalho realizado irá focar nas diferenças que cada educando possui, bem como suas necessidades específicas, por entender que um trabalho inclusivo só acontece quando respeitamos as diferenças e focamos naquilo que irá ser relevante para nosso alunado.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Para subsidiar as reflexões desenvolvidas durante a realização deste artigo acadêmico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde através do acervo teórico pesquisado, foi possível estabelecer as referências necessárias para fundamentar as inquietações e reflexões frente ao tema abordado.

Foi realizada uma pesquisa de campo desenvolvida em uma instituição de educação infantil da rede municipal de ensino da cidade de Baraúna, visando analisar o trabalho docente frente à prática de uma educação inclusiva, observando os anseios, dificuldades e percepções das professoras entrevistadas. Sobre a pesquisa de campo, Severino, (2013 p. 107), diz que,

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (Severino 2013, p.107).

Será refletido também, como as mesmas entendem o papel do AEE e suas contribuições na aprendizagem e desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais da referida instituição.

Para fundamentar os questionamentos à cerca de tal pesquisa, foi elaborado e aplicado um questionário com perguntas subjetivas, onde as mesmas puderam expressar de forma espontânea suas reflexões e conhecimentos referente a temática citada.

6 UM OLHAR DOCENTE, FRENTE AO TRABALHO COM EDUCAÇÃO ESPECIAL - uma breve análise dos dados coletados

Com base nos dados, será feito a seguir uma análise das respostas, visando estabelecer critérios que contribuam no caminho a ser trilhado com a educação especial e inclusiva no espaço escolar. Para tanto, não será mencionado os nomes das referidas professoras, mas será intituladas na pesquisa como professora A, B, C e D.

Em se tratando de educação inclusiva e suas percepções sobre inclusão, todas compartilham do mesmo pensamento quando apontam que a inclusão escolar se

caracteriza por ser um espaço onde todos devem ser acolhidos e respeitados de acordo com suas diferenças. Oportunizando assim, um espaço de aprendizagens para todos, promovendo um pensamento pedagógico inclusivo essencial à prática docente nos dias de hoje.

Diante de um público tão diverso com que a escola trabalha nos dias atuais, Bedaque 2015 aponta para a importância de que toda a comunidade escolar deve subsidiar novas concepções frente aos processos educativos, logo entendemos que a escola deve ser um ambiente que não se limite a trabalhar a homogeneidade, mas um espaço regado por diferentes formas de aprender e ensinar, bem como de refletir e buscar novas possibilidades frente aos novos desafios.

Sobre tal premissa concordamos com Jesus e Effgen (2012) quando eles dizem que,

Entendemos ser fundamental pensar a escola como locus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazer. (Jesus e Effgen 012, p.18)

Quanto as questões referentes a escola está preparada para atender os alunos com necessidades educacionais especializadas, a professora A e C, apontam que a instituição escolar ainda não está totalmente preparada para atender à esse público específico, citando questões como ausência de recursos básicos e de profissionais capacitados. O que reforça a necessidade de buscar e estabelecer novas metodologias, formação continuada e recursos diante dos novos desafios apresentados.

Nesse contexto, sobre o papel da escola e do professor na educação inclusiva, concordamos com Martins (2012) quando ele diz que,

A formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade. (Martins012, p 32)

A professora B, ressaltou a importância das políticas públicas como forma de garantir uma escola mais inclusiva, ressaltando que a falta de recursos como infraestrutura e formações continuada, podem comprometer o trabalho inclusivo dentro

da escola, uma vez que essa visão ressalta a necessidade de melhorias nas políticas que permeiam a educação especial.

Melhorias que possam proporcionar aos espaços escolares que estejam de fato aptos a promover uma educação transformadora para todos, não se caracterizando como um “depósito” de responsabilidades. Mas, que promova a transformação na vida de seus educandos.

A professora D, aponta que houve avanços significativos referentes a inclusão nas instituições de ensino, o que desperta para novos olhares e transformações frente ao trabalho inclusivo nos últimos tempos, fato este relevante na concretização de uma sociedade que respeita as diferenças.

Podemos perceber que o espaço da sala de aula das profissionais citadas se configuram como um ambiente bem diversificado e que dispõe de crianças com necessidades educacionais especiais. Apontam ainda desafios semelhantes enfrentados na inclusão desses alunos como infraestrutura, profissionais capacitados, recursos materiais e adaptação de atividades.

A professora D, mencionada anteriormente, cita que nem todas as escolas da rede oferecem atendimento educacional especializado, o que para a mesma seria de grande contribuição ao trabalho docente da sala de aula regular. Esses desafios apontam para a necessidade de se buscar cada vez mais espaços sociais que abordem a temática da inclusão e reforça que mesmo diante dos avanços referentes a tais discursões, ainda falta muito a se firmar socialmente quando nos referimos a uma sociedade para todos.

A professora A ressaltou que embora a instituição escolar receba alunos com necessidades educacionais especiais, ainda percebe-se que a mesma não dispõe de um espaço transformador. Pois a escola não está adaptada para atender as reais necessidades desses alunos, além de não estar contribuindo para o seu pleno desenvolvimento.

A professora B, ressaltou a implementação de recursos tecnológicos, como as tecnologias assistivas e melhorias a acessibilidade da estrutura física da instituição, revisão de políticas públicas, investimentos e participação da família e comunidade como forma de promover uma aprendizagem inclusiva. Já a professora C, explanou que a escola promove a inclusão e ressalta a importância da formação continuada. Enquanto que a professora D, apontou que a instituição está sempre promovendo o respeito à todos.

Nesse contexto, sobre a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no espaço escolar, concordamos com Martins (2012) quando ele aponta que;

Dentro de uma perspectiva de ampliação dos sistemas, com vistas não apenas ao crescimento quantitativo de matrícula, mas também à melhoria do sistema escolar, necessário se faz, entre outros aspectos, o aprimoramento do sistema de gestão, da atuação dos profissionais e do processo de ensino e aprendizagem. (Martins 2012, p.28)

Um dos recursos mencionado como fator de relevância no trabalho inclusivo é o profissional de AEE. Segundo as professoras entrevistadas, o AEE é bastante importante à prática do professor da sala de aula regular, onde irá oferecer suporte e recursos pedagógicos que atendam as especificidades de cada criança, visando “eliminar” as barreiras e contribuindo para o seu aprendizado.

A professora A ressaltou que, para que de fato isso aconteça, é necessário que o AEE atue em todas as escolas. Todas as professoras evidenciaram a falta desse profissional no espaço institucional que atuam, o que nos despertou à reflexões de que é fundamental para que o ato inclusivo aconteça, que sejam ofertados os recursos necessários, fato este ainda inexistentes em algumas escolas do cenário brasileiro.

Para encerrar as explanações frente ao trabalho inclusivo, percebe-se que o respeito e valorização à diversidade, bem como promover a cultura de respeito e condições que possibilitem o acesso e acolhimento desses alunos e familiares, além de políticas públicas bem definidas e implementadas, são pensamentos que cercam as reflexões apresentadas pelas professoras entrevistadas; que são quase sempre externadas em todos os quesitos da pesquisa quando falamos em inclusão e formação para a cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados bem como a análise das vivências apresentadas pelas professoras que compunham a entrevista frente ao trabalho inclusivo no contexto escolar, percebemos que a sociedade atual vem despertando e garantindo novos olhares frente ao discurso inclusivo.

Em outros tempos as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais eram colocadas à margem da sociedade. Tais reflexões nos apontam que é preciso direcionarmos olhares cada vez mais críticos frente ao trabalho com a inclusão, onde este seja entendido como espaço de transformação e asserção social, já que incluir

não é apenas inserir todos os educandos em um cenário social, mas garantir que os direitos e possibilidades de transformações sejam instituídos para todos.

Subsidiar novos diálogos frente a prática inclusiva deve-se fazer presente nos pilares da escola, bem como de toda a sociedade e garantir que as políticas públicas sejam criadas e postas em evidências, para assim garantir que a inclusão não se restrinja ao mero discurso. Mas que de fato seja uma realidade na construção de uma sociedade firme e renovada na formação da cidadania de seus sujeitos.

Não podemos nos esquivar e precisamos compreender que incluir é um ato de responsabilidade social e coletiva, que deve perpassar por toda a esfera social. Nesse cenário, caminhar no sentido de firmar uma sociedade que respeite e valorize as diferenças, deve ser nosso maior objetivo como seres que necessitam e precisam conviver em sociedade; nesse contexto a escola ocupa um lugar de grande relevância.

É preciso que diante de tais questões, tenhamos que refletir sobre o papel da instituição escolar, seu processo histórico, suas metodologias, sua estrutura física, seus recursos (físicos, materiais e de pessoal qualificado), sua finalidade e buscar novas significações ao fazer educativo. Refletindo sobre o seu papel e percebendo que através de novas percepções frente ao cenário educativo, conseguiremos construir uma sociedade pautada nos viés inclusivos para todos.

Assim, como possibilidade de trabalhos futuros, sugerimos acompanhar a efetiva implementação das leis voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, em suas dimensões materiais e de pessoal qualificado. Além, do aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Pois, inclusão sem desenvolvimento social e cognitivo não passa de exclusão social em ambientes formais de aprendizado.

8 REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento Educacional Especializado/** Selma Andrade de Paula Bedaque. - Mossoró, 2015. 68 p.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988. _____. Lei no. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL, Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a

formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 04 abr. 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIBÂNEO, J. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIAS, Iara Rosa.; SANTOS, Antônio Fernando.; SILVA, Érica Bastos da. Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar. DÍAZ, Félix.; BORDAS, Miguel.; GALVÃO, Nelma (Org.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JESUS, Denise Meirelles de.; EFFGEN, Adriana Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas: Conexões, possibilidades e tensões. MIRANDA, Theresinha Guimarães.; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. MIRANDA, Theresinha Guimarães.; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- . **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. 1,0 MB ; e-PUB.